



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Este documento complementa o documento apresentado no dia 19/12/2013 que expôs os motivos e os desafios para ação do Grupo Móvel em garimpo na região dos municípios de Novo Progresso-PA e Itaituba-PA, e o documento apresentado no dia 23/03/2014 que relatou as informações colhidas durante ação no período de 09 à 21 de março de 2014 nos municípios de Santarém, Itaituba e Jacareacanga. Os documentos citados encontram-se anexo a este.

INTRODUÇÃO

O AFT que subscreve este relatório dirigiu-se às cidades de Criciúma, Brasília, Santarém e Itaituba no período de 13 à 18 de abril de 2014, com o intuito de obter informações complementares às colhidas na ação de 09 à 21/03/14, a respeito de Trabalho Escravo em garimpos.

Foram analisados 13 GB de documentos do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e do ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Dentre estes documentos estão mapas da região, fotos, vídeos, identificação de garimpos e identificação de proprietários de garimpos.

Para coletar estas informações foram entrevistados garimpeiros, dono de garimpo, servidores do ICMBio, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, DNPM, Polícia Militar do PA, conselheiras tutelares, servidores da justiça estadual, a Juíza da Vara da Infância e Juventude de Itaituba, Juiz do Trabalho de Itaituba e Procurador da República de Santarém. Nas entrevistas pôde-se coletar informações sobre condições de trabalho e vida nos baixões(garimpo feito em igarapés), o contrato real de trabalho entre garimpeiros e dono de garimpo, o transporte deste trabalhadores, líderes políticos e comunitários com influência sobre a população e as instituições do estado.

Apresentamos neste documento de forma concisa as principais informações colhidas nesta ação, considerações a respeito das mesmas, e sugestões de encaminhamento.

RELATÓRIO

O crescimento da garimpagem na região do Tapajós, com raras exceções, se desenvolveu de forma ilegal, técnica e ambientalmente insustentável. Decorridos mais de vinte anos do Decreto nº 98.812 que, em janeiro de 1990, regulamentou a Lei nº 7.805 a situação nos garimpos do Tapajós continua a mesma - a mesma desordem, a mesma ineficiência dos métodos de extração e beneficiamento, o mesmo descaso com a higiene e a segurança dos trabalhadores e o mesmo desrespeito com o meio ambiente; tudo revestido, nas últimas duas décadas pela situação de total ilegalidade.

Há, em toda a região um contingente humano empregado nas operações garimpeiras, que não se sabe o número, fala-se em 70 mil, assim como também não se sabe o número de frentes de lavra. Apesar de que os locais de garimpos são já tradicionais, a bibliografia faz referência a: Batalha, Bom Jesus, Chico Torres, Crepurizão, Cuiú-Cuiú, Davi, Espírito Santo, Fazenda Pison, Goiano, Jutai, Mamoiá, Ouro Mil, Ouro Roxo, Santa Isabel, São Jorge, São José, Carneirinho, Majestade, Nossa Senhora da Conceição e Abacaxis.

Os números da Reserva Garimpeira do Tapajós são sempre uma incógnita, não se sabe quantos são os garimpeiros e nem qual a produção - fala-se em milhares de garimpeiros e centenas de pás carregadeiras produzindo algumas toneladas de ouro.

A alta cotação do ouro fez com que tenha havido um refortalecimento do garimpo, o ouro, entre 2004 e 2008 (preço corrente) subiu quase 400%. A expectativa de um trabalhador do garimpo, sem qualquer instrução é de receber acima de 30g/mês (R\$2.700,00/mês a R\$3.000,00), uma cozinheira de garimpo recebe entre 20 a 30g/mês, um trabalhador qualificado, como o operador de PC, recebe R\$30,00/hora, o que lhe garante uma remuneração acima de R\$7.500,00/mês, uma vez que as PC's trabalham no mínimo 250 horas/mês.

Uma constatação óbvia é a de que ouro aluvionar está lá e existem muitos trabalhadores que se dispõem a extraí-lo apesar de terem que enfrentar todas as adversidades locais. Normalmente são pessoas que possuem em seu perfil baixa qualificação profissional, fator que lhes impediria de almejar remuneração muito acima do salário mínimo nas cidades, aliado ao espírito aventureiro, típico dos garimpeiros.

Os garimpos estão espalhados em um área de aproximadamente 90.000 km², a Província Mineral do Tapajós, área similar a de Portugal.

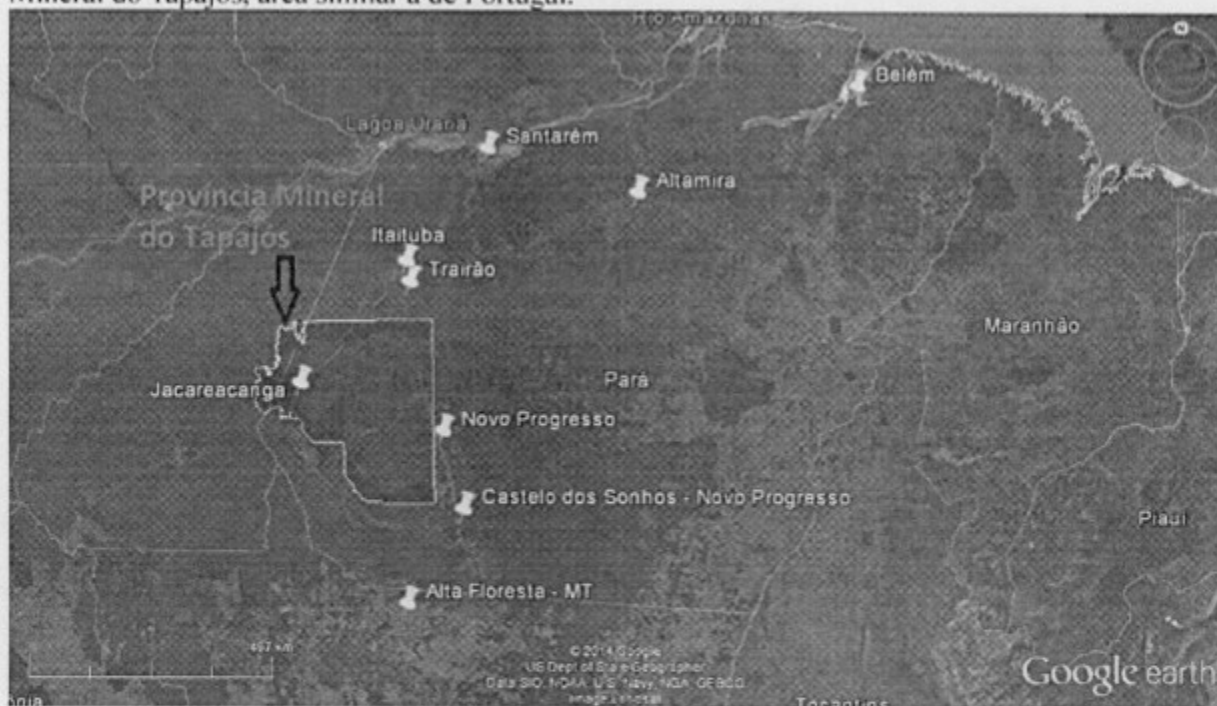


Fig 1.: Mapa situacional da Província Mineral do Tapajós

Esta província mineral é cortada pela BR 163(Cuiabá-Santarém), pela BR 230(Transamazônica) e por uma estrada vicinal principal de terra conhecida como Transgarimpeira, com aproximadamente 200 km de extensão, iniciando na BR-163, na localidade de Moraes de Almeida e finalizando no rio Crepori. Moraes de Almeida dista 300 km de Itaituba-PA e 90 km de Novo Progresso-PA, principais cidades da região. Não sabendo ao certo quantos quilômetros de estradas vicinais que iniciando na Transgarimpeira se capilarizam em ambas as margens dela, adentrando as unidades de conservação ambiental vizinhas.

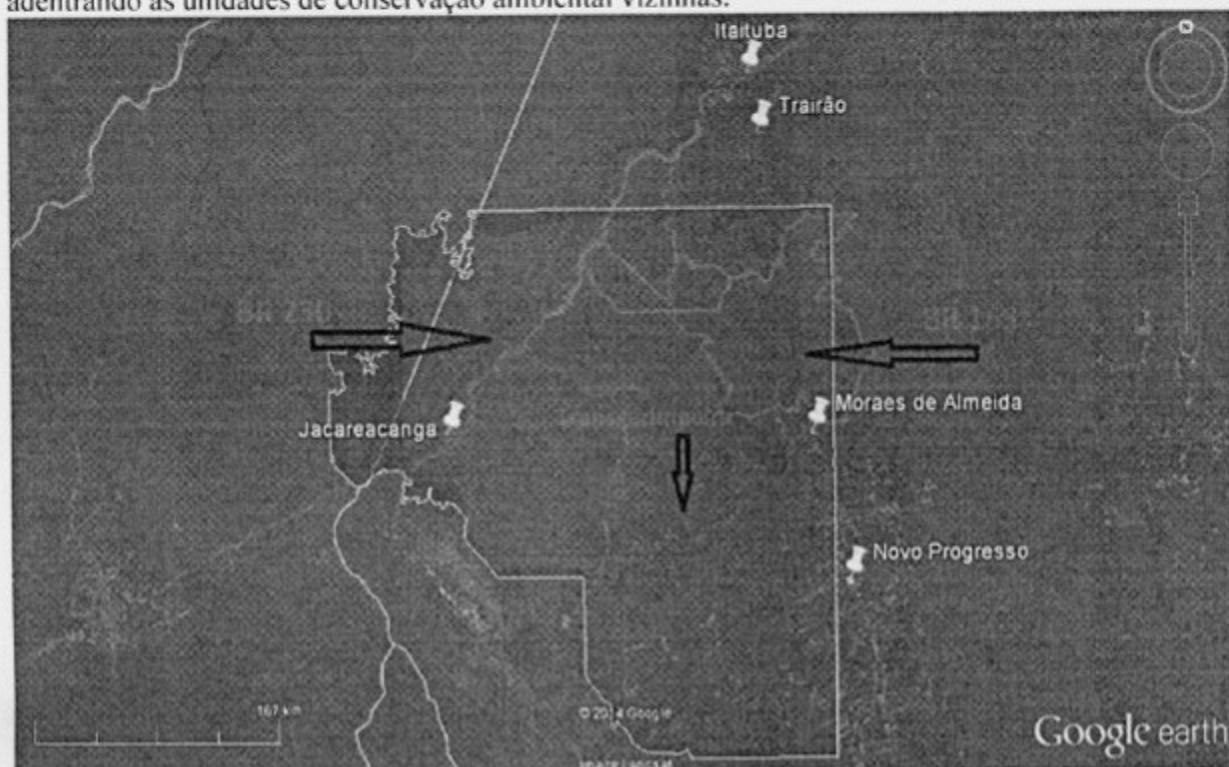


Fig 2.: Mapa das estradas, em vermelho, que cortam ou são próximas a Província Mineral do Tapajós.

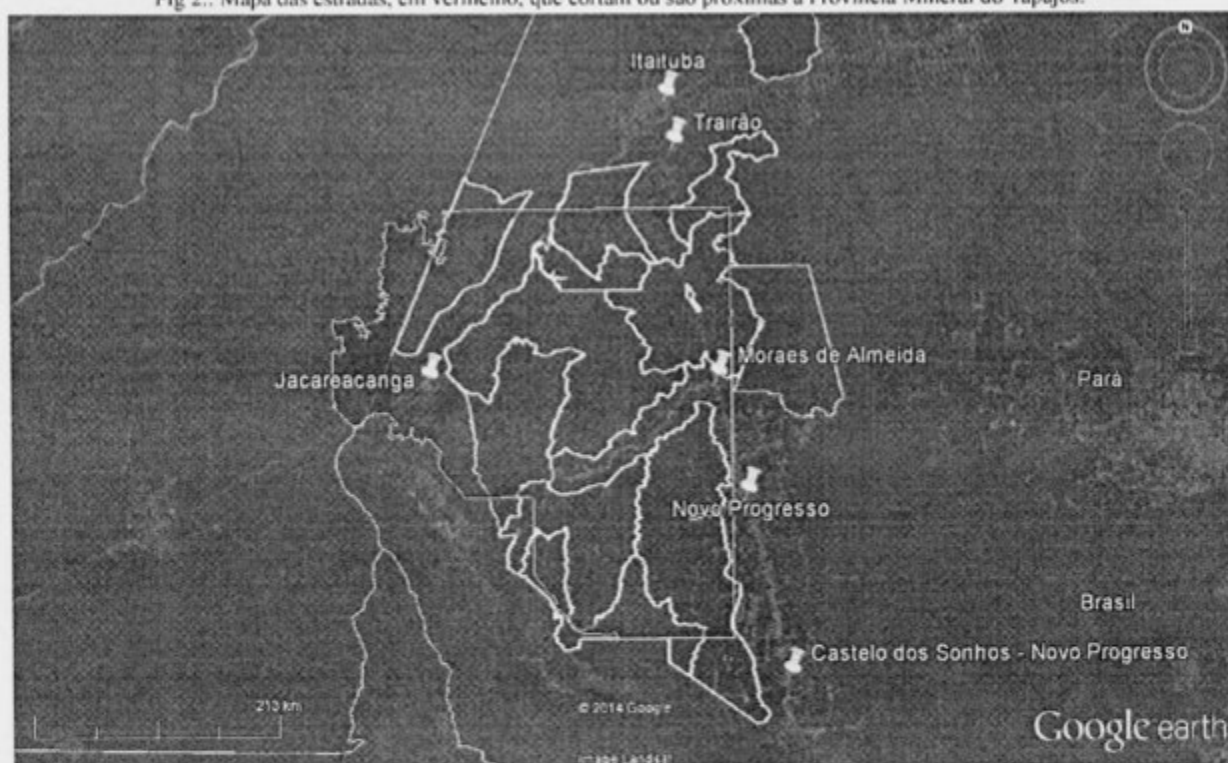


Fig 3.: Mapa mostrando a província mineral do Tapajós, em branco, das unidades de conservação, em amarelo, e a Transgarimpeira em vermelho.

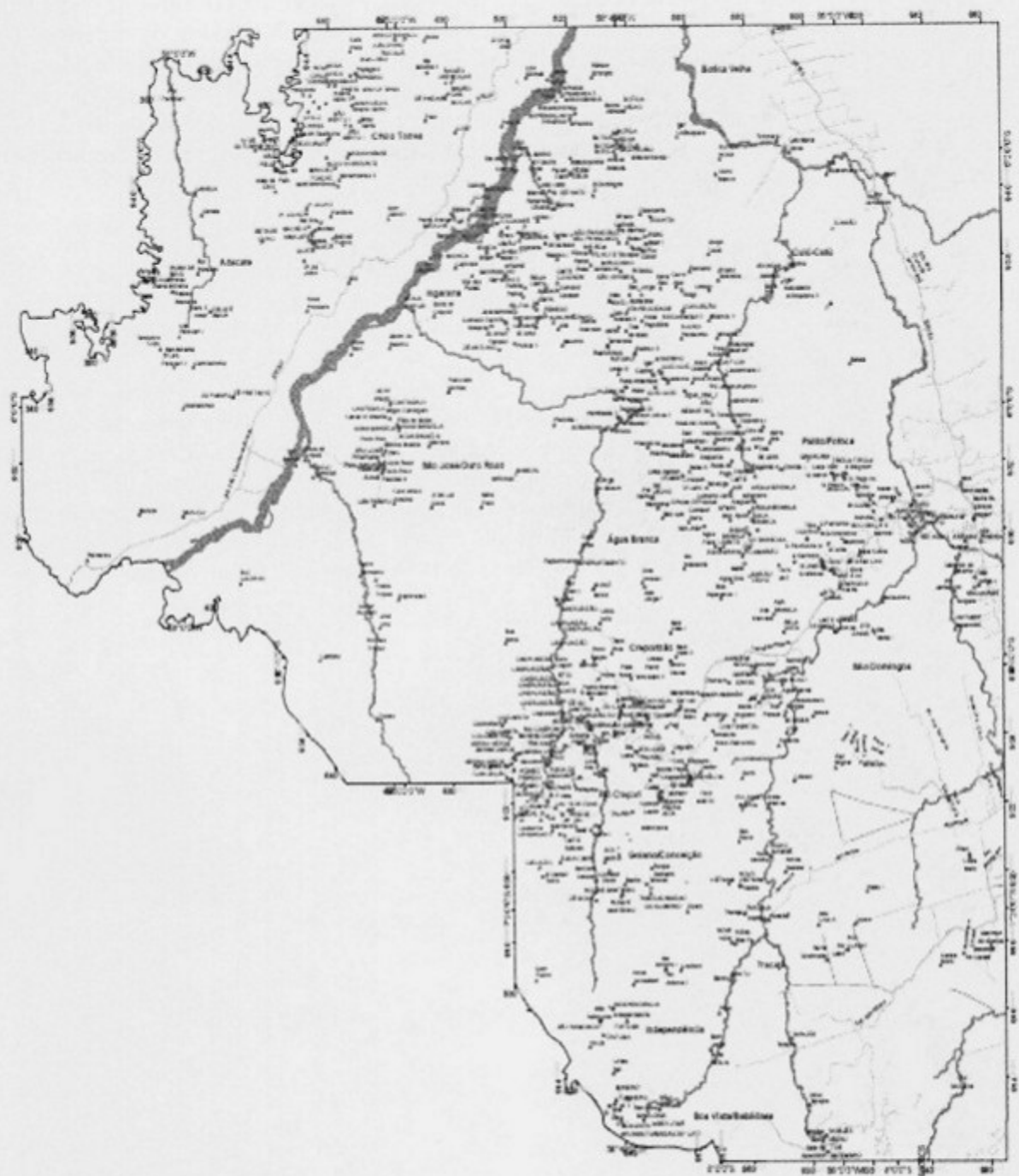


Fig 5.: Mapa mostrando alguns dos garimpos, pontos no mapa, dentro da provincial mineral do Tapajós. Nesta foto com suas identificações.

É necessário, dentre as centenas de garimpos existentes, escolher um ou mais que poderiam ser alvo de uma ação contundente da fiscalização. Para isto foram escolhidos os critérios: 1- gravidade e variedade das irregularidades trabalhistas; 2- quantidade de trabalhadores atingidos; 3- alcance e repercussão na região de uma ação fiscal no local; 4- dificuldade logística. Com estes critérios elencamos 4 garimpos prioritários: 1- Garimpo Bom Jardim; 2- Garimpo Água Branca; 3- Garimpo Porto Rico e 4- Garimpo Chapéu do Sol, que à frente justificamos a escolha fazendo uso dos dados coletados junto ao DNPM.

1- Garimpo Bom Jardim

De propriedade do ex-prefeito de Itaituba, que está montando a primeira unidade de beneficiamento de ouro. Garimpo ilegal que uso maciço de mão-de-obra.

2- O Garimpo Água Branca

É o maior garimpo de ouro da região do Tapajós, fazendo uso intensivo de retro escavadeiras. Utiliza PC's para a remoção do estéril e desmonte hidráulico para a formação de polpa e posterior beneficiamento através de calhas e concentração com uso de mercúrio. O garimpo tem uma vasta área já minerada. A produção de ouro deve ser grande visto o intenso uso de retro escavadeiras que tem um custo de manutenção e combustível bastante alto. Como nos demais garimpos da região a busca pelo bem mineral de forma clandestina e desordenada acarreta problemas sociais e ambientais. Estima-se a existência de 100 garimpeiros em atividade.

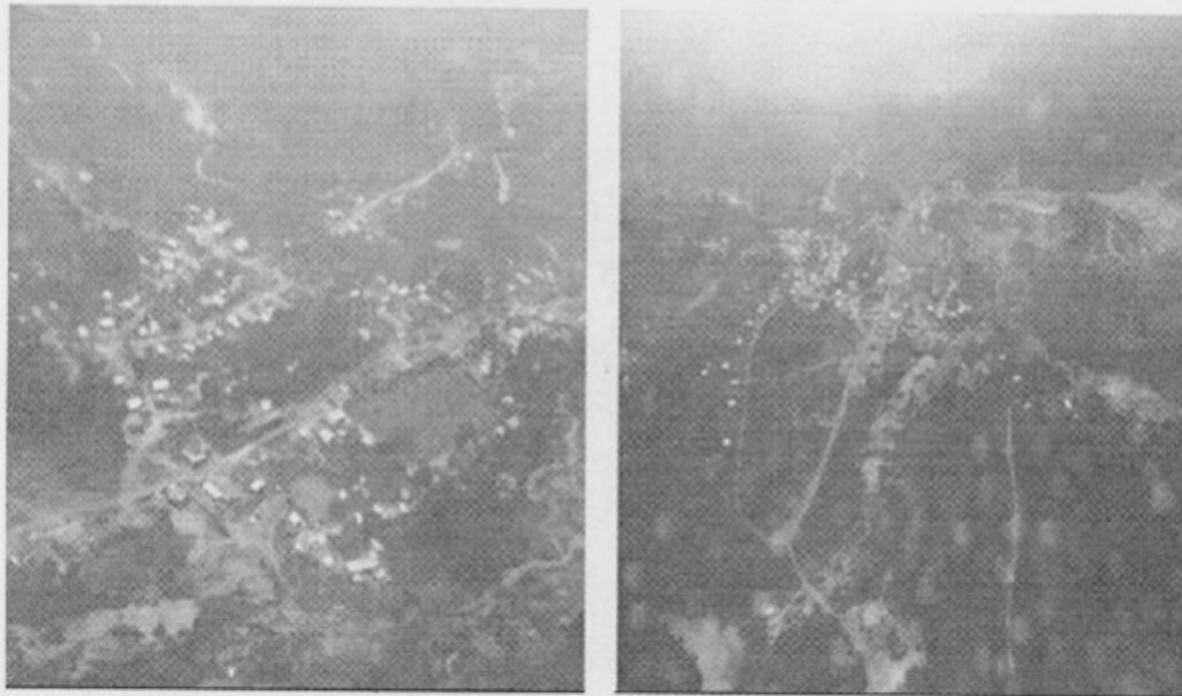


Fig 6.: Foto aérea do garimpo.

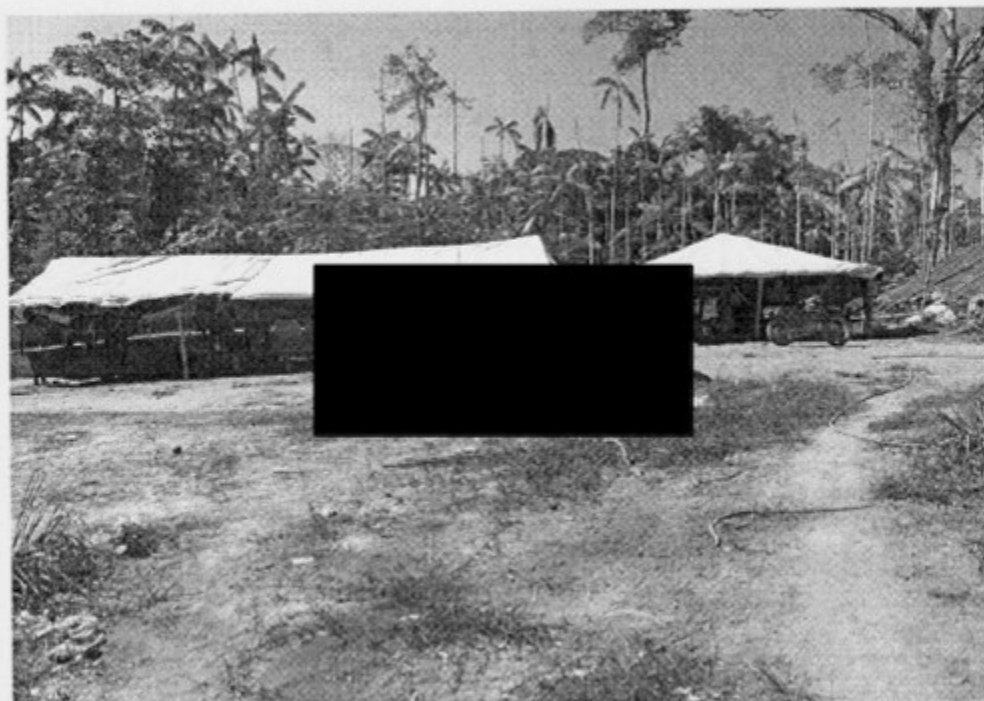


Fig 7.: Foto das instalações dos trabalhadores.



Fig. 8: Foto das instalações dos trabalhadores.

3- Garimpo Porto Rico

Utilização de cianeto para depurar o ouro. Uso intensivo de mão-de-obra.

4 - Garimpo do Chapéu do Sol

Na maior parte da area garimpada predomina a atividade mecanizada intensiva, com utilizacao de retro escavadeiras para remocao do esteril e desmonte hidraulico para a parte mineralizada com calhas associadas a giques para concentracao do diamante. Segundo informacoes colhidas no local o garimpo emprega entre 400 a 500 trabalhadores.

Tanto nos garimpos manuais como nos mecanizados os trabalhadores nao utilizam equipamentos de protecao individual e estao constantemente expostos a risco de vida, devido ao desmonte hidraulico sem controle da estabilidade dos barrancos, associado as precarias condicoes de saude nos acampamentos e tambem nos locais de trabalho.



Fig. 9: Frente de trabalho do garimpo.



Fig. 10: Frente de trabalho do garimpo.



Fig. 11: Alojamento de garimpeiros.



Fig. 12: Alojamento de garimpeiros.



Fig. 13: Alojamento de garimpeiros.

Os garimpos Bom Jardim e Água Branca estão localizados no início da rodovia Transgarimpeira, distante aproximadamente 400 km da sede do município de Itaituba-PA. O garimpo Chapéu do Sol está localizado na margem direita do rio Tapajós, a duas horas subindo o rio de voadeira do porto do Buburé, distante 60 km da sede do município de Itaituba-PA sentido Jacareacanga. O garimpo Porto Rico fica a 60 km da sede do município de Jacareacanga-PA, este a 400 km da sede do município de Itaituba-PA. Estas distâncias são percorridas em estradas de terra em más condições.

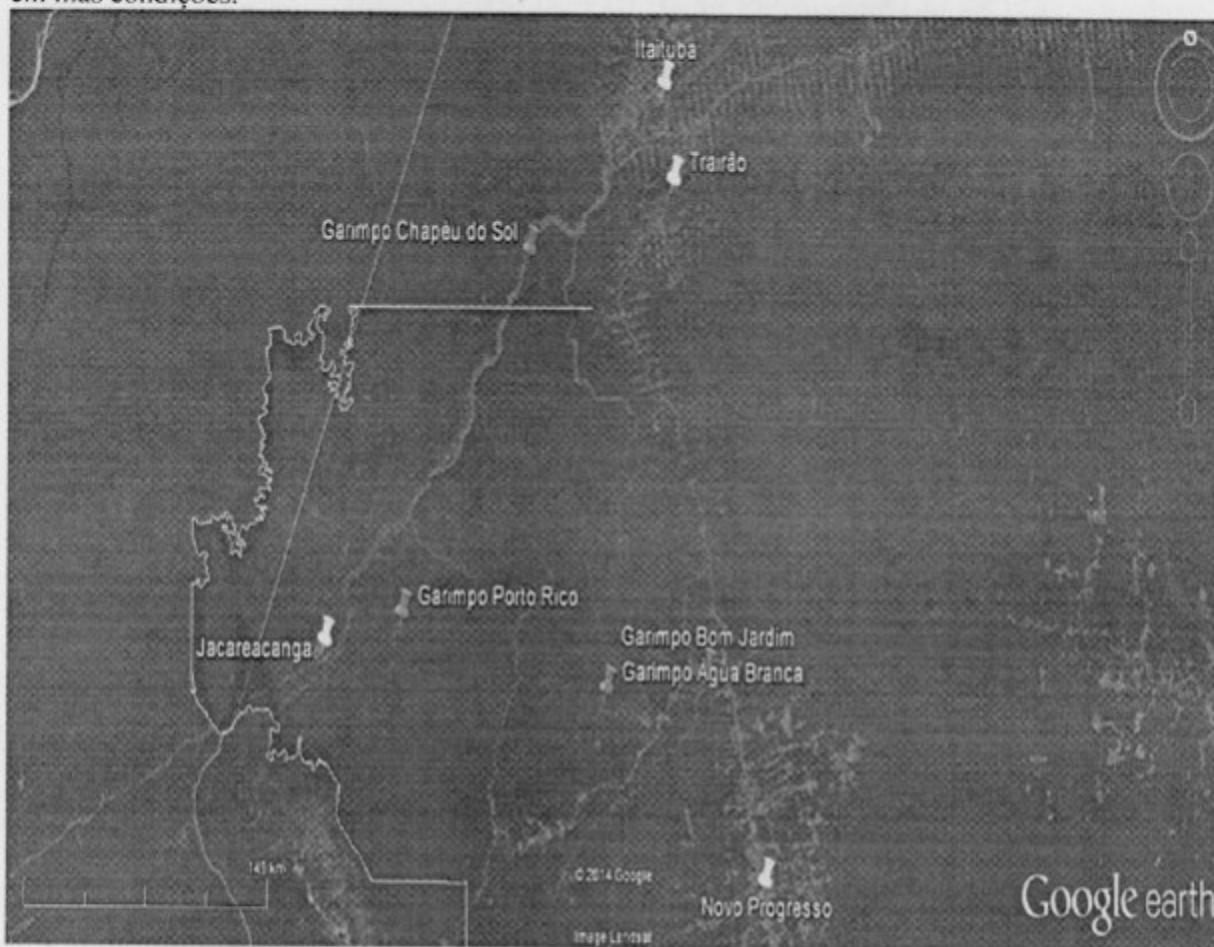


Fig. 14: Mapa situacional com a provável localização estimada dos garimpos.

Todas as informações aqui contidas foram obtidas de forma indireta, ou seja, ninguém do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego foi até as corrutelas ou em qualquer garimpo conversar com os garimpeiros e constatar as condições de trabalho e vida. Apenas uma vez foi realizada um sobrevôo em um garimpo da região. Ressalto que há os garimpos que podem ser acessados por via terrestre e outros masis remotos que são alcançados apenas por voadeiras ou por avião. Destes então as informações são ainda mais imprecisas.

Apesar de se ter informações sobre os principais garimpos, sua provável localização com coordenadas geográficas, e uma indicação imprecisa de como chegar neles, nos falta a certeza das condições de trabalho e vida atuais, e a precisão de como chegar até lá. Estas informações são essenciais para que se possa dentre os milhares de garimpos que os órgãos de fiscalização atuantes na região, DNPM e ICMBio, estimam haver, definir o/os alvo/s, estimar o material humano que deve ser empregador e toda a logística necessária para que os objetivos sejam alcançados em uma operação de fiscalização inicial de impacto e em outras que obrigatoriamente deverão ser realizadas devido a grande área a ser abrangida, ao número de trabalhadores envolvidos e a cultura reinante de desprezo para com a legislação.

Temos a certeza que as condições de trabalho e vida nos garimpos vão de precárias a insustentáveis, que a irregularidade trabalhista é a regra, que em muitos é praticado o truck system como forma de endividamento e as ameaças como forma de reter o trabalhador contra sua vontade.

De tudo, tenho a dizer que é necessário um trabalho de campo em que o MTE vá ao maior número de garimpos para registrar com precisão suas localizações, verificar in loco as condições e identificar os responsáveis, para então definir aqueles que deverão ser os alvos prioritários.

É necessário dizer que é de convencimento geral das pessoas, pelo menos dos que se aproveitam do trabalho alheio, que as condições de trabalho nos garimpos é normal, não suscitando nenhuma estranheza, e que garimpeiros e donos de garimpos são parceiros, não havendo a mínima relação de emprego, vindo daí a certeza da não responsabilidade pelo cumprimento das obrigações trabalhistas. Até por que o que é entendido como obrigação trabalhista é carteira assinada e pagamento do salário, e sendo atribuição do MTE apenas verificar estas duas situações.

CONSIDERAÇÕES

As informações colhidas em outros órgãos de fiscalização que atuam na região garimpeira, relatórios, entrevistas e fotos, tem o foco na atuação específica do órgão que o confeccionou, fazendo breves e superficiais, mas valorosas, menções a situação de segurança no trabalho a que os garimpeiros estão sujeitos.

A Auditoria Fiscal do Trabalho ainda carece de maiores e mais aprofundadas informações sobre as relações de trabalho entre o garimpeiro e quem o contrata, ou com o dono do garimpo, de que forma o garimpeiro toma conhecimento do garimpo e como ele chega até lá, por conta própria ou é se conduzido, se há endividamento antecipado por parte do garimpeiro com o responsável pelo garimpo, e se há impedimento da sua saída do garimpo antes de quitar a dívida, se há jornada exaustiva, e das condições de trabalho e vida no garimpo, verificando as condições de moradia, alojamento, alimentação, água, condições sanitárias e de saúde, riscos nas atividades laborais empreendidas, como máquinas inseguras, queda de talude, contaminação por agentes químicos como mercúrio e cianeto, uso de EPI, se há ocorrência de acidentes etc.

SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

Ressaltamos que o garimpeiro exerce sua atividade de forma semi-nômade, ficando em um garimpo enquanto estiver dando ouro, partindo para outro garimpo assim que se espalha a "fofoca de garimpo", que é quando corre o boato que um determinado garimpo está produzindo mais. Desta forma um garimpeiro "rodado" tem informações sobre vários garimpos por onde tenha passado, e esta informação, por não estar presente em nenhum relatório obtido com os outros órgãos de fiscalização da atividade, é preciosa.

De imediato, com o intuito de verificar se as condições do ambiente de trabalho permanecem como as colhidas através de entrevistas e fotos, realizar o reconhecimento dos locais de garimpo, das estradas, da logística necessária para uma operação (hotel, abastecimento, gasto com voadeiras etc) e para podermos justificar por que estes foram os alvos escolhidos para fiscalização, sugerimos que seja viabilizado um novo rastreamento em três regiões da província mineral do Tapajós: Transgarimpeira, margem direita do rio Tapajós e localidade de Porto Rico em Jacareacanga.

Em uma segunda oportunidade, planejar como fiscalizar os garimpos remotos que só tem acesso por avião e as dragas e balsas. Nestes, devido ao próprio isolamento geográfico, a situação de trabalho e vida deve ser pior.

Alertamos que após uma primeira intervenção da fiscalização do MTE na região garimpeira, as possibilidades de que um rastreamento possa ser eficaz são diminutas devido a repercussão que uma ação de combate ao trabalho escravo terá. O garimpeiro é arredo e será difícil posteriormente coletar informações relevantes principalmente a respeito dos garimpos que não é possível o acesso por via terrestre nos quais as condições de trabalho e vida devem ser mais precárias.

Assim o rastreamento na Transgarimpeira, no Tapajós e em Jacareacanga ocorreria em julho, época da seca, nos moldes citados. Devido as distâncias a serem percorridas, só entre a Transgarimpeira e Jacareacanga são 900km de estrada de terra, sugerimos que seja considerado um período não inferior a duas semanas para o rastreamento.

Para este trabalho surgiu uma oportunidade oferecida por uma personalidade da região já moradora há 4 décadas, e conhecedora profunda dos locais e dos moradores, que se prontificou a colaborar no trabalho descrito acima. Esta colaboração foi conseguida através da apresentação do MTE como uma preocupação não em fiscalizar mas a de compreender a realidade da atividade econômica e daí propor soluções para os possíveis problemas constatados. E este discurso deve ser mantido durante uma ação como a descrita acima como forma de ter franquiado o acesso aos locais e as pessoas e de garantir a segurança dos agentes que coletarão as informações.

É parte integrante deste documento, e segue anexo, as principais informações que foram transcritas das entrevistas com os senhores [REDACTED] e [REDACTED] ambos servidores do DNPM e conhecedores da região da província mineral de Tapajós.

Santa Maria-RS, 05 de maio de 2014.

[REDACTED]

[REDACTED]

Coordenador de Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo